

SOBRE A QUALIDADE NA SAÚDE E SEGURANÇA DOS DOENTES 1º ANO DO XXI GOVERNO CONSTITUCIONAL

Da Estratégia para a Qualidade na Saúde, documento orientador da implementação das políticas da qualidade no sistema de saúde, faz parte integrante o Plano Nacional para a Segurança dos Doentes, documento operacional que está a ser implementado pelas comissões da qualidade e segurança, em todos os hospitais e agrupamentos de centros de saúde do país, que reportam anualmente à DGS os resultados obtidos.

As normas de orientação clínica e organizacionais têm a maior relevância, por serem um instrumento que, quando utilizado, permite alcançar patamares de maior exigência em qualidade da decisão clínica, induzindo mais eficiência, ao estabelecerem *standards* comparativos da qualidade, com otimização de recursos. A DGS, em parceria com as Ordens Profissionais, envolveu, no último ano, no processo de elaboração e atualização de 97 Normas clínicas e de 12 Normas organizacionais, cerca de 650 profissionais de saúde. De acordo com a última informação disponível, no prazo de um ano houve um aumento de 17,4% no nº de normas discutidas internamente nas instituições prestadoras de cuidados de saúde.

Não basta elaborar e divulgar normas clínicas. É preciso verificar se estas são aplicadas.

A DGS está a desenvolver, em parceria com a OM, o processo regular de auditorias externas à aplicação das Normas Clínicas tendo, até a data, completado 305 auditorias clínicas externas, realizadas por auditores médicos especificamente formados para o efeito. No último ano a taxa de conformidade de aplicação das Normas aumentou de 57% para 67%, o que sublinha o carácter pedagógico deste tipo de auditorias.

Um serviço acreditado permite que publicamente lhe seja reconhecido crédito. No último ano houve um aumento de 35 unidades ou serviços acreditados pelo Modelo de Certificação do Ministério da Saúde e 42 iniciaram o processo de certificação, o que totaliza 163 unidades ou serviços com o processo de certificação em curso e 67 já acreditadas.

No último ano, foram elaborados mais oito Processos Assistenciais Integrados nas áreas das patologias e problemas de saúde mais frequente da grávida, criança e adulto.

Iniciou-se a coordenação da Estratégia Integrada para as Doenças Raras, que envolve os Ministérios da Saúde, da Educação e da Ciência e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, nela tendo sido integrado o projeto europeu ORPHANET. Como a taxa de mortalidade das pessoas com doença rara em situações de emergência ou urgência é superior à de outros doentes, no último ano foram requisitados e emitidos 1071 cartões num total global de 3208 Cartões da Pessoa com Doença Rara.

Iniciou-se o acompanhamento da implementação da Tabela Nacional da Funcionalidade, criada pela DGS, em 29 hospitais, 8 unidades locais de saúde e 5 agrupamentos de centros de saúde.

No âmbito da monitorização do Plano Nacional para a Segurança dos Doentes, de acordo com a última informação disponível, verificou-se: um aumento de 876 auditorias internas ao cumprimento da Norma da segurança cirúrgica; um aumento de 204% no nº de notificações de incidentes cirúrgicos; um aumento de 32% do número de instituições com estratégia local para os medicamentos com nome ortográfico, fonético ou aspeto semelhantes e de 60% dos que possuem estratégia local para os medicamentos de alerta máximo; um aumento de 49% das instituições com estratégia local para a identificação inequívoca dos doentes. Verificou-se, por outro lado, uma diminuição de 50% no número de notificações de incidentes relacionados com a errada identificação de doentes. Verificou-se, ainda, um aumento de 23% das instituições com atividades de prevenção de quedas e de 50% das instituições de cuidados de saúde primários que têm realizado avaliações do risco de quedas nos domicílios. Verificou-se, por último, um aumento de 19,4% das instituições com atividades de prevenção de úlceras por pressão.

Sublinha-se que 85% das instituições prestadoras de cuidados de saúde estão a desenvolver iniciativas de divulgação de informação ao cidadão nas áreas da segurança do doente, que 50% realiza ações de formação com a participação de utentes e que 75% das instituições implementam medidas corretoras após análise das reclamações apresentadas pelo cidadão. Com um passado herdado de 46 serviços inspecionados pela ex-Autoridade para os Serviços de Sangue e Transplantação, a DGS, no exercício de Autoridade Competente e no último ano, inspecionou as atividades de 43 serviços, o que totaliza um acumulado de 196 serviços de entidades públicas e privadas cujas atividades estão autorizadas.

No último ano foram autorizados 458 pedidos de assistência médica no estrangeiro, formulados por hospitais integrados no SNS. Os 458 pedidos autorizados originaram 623

deslocações, em virtude do tratamento de determinadas patologias requererem o seguimento do doente. O SNS assegurou, no último ano, a prestação de cuidados de saúde a 1596 doentes evacuados dos PALOP.

Foram reconhecidos oficialmente pelo Ministério da Saúde 90 centros de referência em 19 áreas clínicas, localizados em 22 hospitais. Destes 90 centros de referência, 28 candidataram-se a integrar 15 redes europeias de referência.

A DGS tem representado o Ministério da Saúde junto da OCDE e da União Europeia em vários comités e grupos de peritos, nomeadamente sobre indicadores da qualidade, segurança do doente e qualidade dos cuidados, doenças raras, redes europeias de referência, cuidados de saúde transfronteiriços, autoridades competentes em matéria de sangue e seus componentes, tecidos e células, doação de órgãos e transplantação.

DQS/DGS

Novembro 2016

Alexandre Diniz